

PORQUE ME TORNEI OPOSIÇÃO A ATUAL DIRETORIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA.

A atual diretoria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal no Estado da Bahia tomou posse no dia 31 de outubro de 2008, para um mandato de três anos, com alguns coordenadores remanescentes da anterior. Pela previsão estatutária as deliberações e decisões da Diretoria Geral são colegiadas, não podendo haver decisões individuais.

A minha visão sindical era de que numa diretoria existiriam vários pensadores e esses pensamentos refletiriam nas decisões tomadas pela diretoria, com divergências nos campos das idéias e que essas decisões seriam respeitadas, principalmente, pela coordenação geral. Mas o que eu pensava não se mostrou realidade em nosso sindicato. Com o passar do tempo percebi uma centralização de poder nas mãos do Coordenador Geral Rogério Fagundes, que mantinha e mantém a condução do processo e que suas idéias não tinham e não têm um caráter democrático. Minha primeira surpresa foi ao tomar conhecimento da renúncia do Coordenador de finanças MARCOS ANTONIO ROCHA, em pouco tempo de gestão renunciou ao seu cargo por discordar dos métodos de condução da entidade caracterizada pela centralização de poder e uma distorção na execução das decisões colegiada da Diretoria Geral.

A Entidade SINDJUFE/BA foi constituída em 01 de maio de 2002 e como forma de comemoração foi proposta de um dos coordenadores, de que era necessária uma campanha de sindicalização midiática para trazer mais filiados ao sindicato e que após sucessivas reuniões foi aprovada a campanha midiática, sem especificação responsável de uma quantia. Na aprovação do colegiado não se discutiu os detalhes da campanha, como quantas inserções na mídia televisiva. Eu votei contra a campanha de sindicalização midiática, pois entendia que era dinheiro jogado fora e a busca por sindicalização deve ser por meio de trabalho e conquista da base junto ao conjunto da categoria, na luta diária nos locais de trabalho. Quando a categoria se sente representada, ela busca o seu sindicato, é um namoro e uma conquista.

Na realização da campanha foram feitos kits de filiação, adesivos, porta celular, informativos, campanha em mais de 10 programas de TVs. Um gasto altíssimo em campanha de publicidade.

Fiz vários pedidos para que me fossem apresentados os documentos da campanha de sindicalização e após muito esperar os recebi. **Os gastos com a campanha do dia 01 de maio de 2009 foram R\$ 59.297,07.** Na análise dos documentos percebi que recibos de pagamentos estavam sem data e não havia as notas fiscais dos serviços prestados, fato que solicitei me fossem encaminhadas. Constatei também que foram feitos pagamentos a pessoas físicas e solicitei que fossem apresentadas as guias de recolhimento dos impostos devidos. As respostas que recebi da administradora de que não havia outros documentos a serem entregues. Posteriormente, por acaso, estava de passagem pelo sindicato e ingressei na sala da administradora para lhe perguntar algo e percebi **sobre a mesa a existência de uma nota fiscal de número 068483, no valor de R\$ 6.088,00.** Anteriormente a administradora havia me respondido que não havia outros documentos a serem entregues. Esta nota fiscal era prova de que nem todos os documentos haviam sido entregues. Depois do contato para a apresentação dos documentos da campanha de sindicalização administradora resolveu pedir demissão e ingressar na justiça do trabalho pedindo indenização. Estou certo de que cumpri o

meu papel de prestar contas aos filiados do sindicato. Pouco tempo depois, as três coordenadoras de condições de trabalho renunciaram e logo em seguida outro coordenador de imprensa e comunicação fez o mesmo. Logo em seguida tomei conhecimento de uma fraude praticada por uma quadrilha que havia roubado o sindicato em **mais de meio milhão de reais!!!!** Isto ficou provado em auditoria interna, durante a gestão 2005/2008. A perícia considerou o período de outubro de 2005 a setembro de 2007. Para piorar o quadro da conjuntura da fraude ocorrida na diretoria passada, tomei conhecimento de que os balancetes mensais de prestações de contas de 2007 não foram publicados, omitindo de toda a categoria as origens da fraude e os fatos que contribuíram para o ocorrido. – Eu tenho minhas dúvidas sobre a realidade da quantia desviada da entidade, pois antes de setembro de 2007, quando depois da unificação em 01 de maio de 2002 a conta corrente pertencente ao antigo SINDJUSE estava sendo utilizada com movimentações financeiras referente ao clube, quando deveria estar encerrada. Eu nunca vi e não vejo publicado no site do sindicato os balancetes mensais, semestrais e anuais do período de gestão 2005/2008 e também das gestões anteriores.

Os motivos da renúncia de sete coordenadores da atual diretoria do sindicato em menos de um ano de mandato é algo a ser perguntado a cada um ou a todos eles.

A centralização de poder na condução do atual sindicato ficou mais evidente a toda a categoria, quando numa assembléia geral realizada no dia 22 de julho de 2010, o Coordenador Geral I, Rogério Fagundes, convidou de Brasília um coordenador da FENAJUFE que pertence a ala majoritária, Jean Loiola, servidor do MPU, filiado ao SINDJUS/DF e da CUT, a revelia da Diretoria Geral que deve ser tomada de forma colegiada, conforme manda o estatuto, para que viesse trazer a categoria os últimos acontecimentos sobre o PCS IV. Nessa assembléia vários coordenadores se pronunciaram que não foram consultados para que o sindicato bancasse a vinda do Coordenador da FENAJUFE.

Em função do isolamento a que fui colocado por parte dos Coordenadores da Diretoria Geral do sindicato e dessa forma não havia mais motivos para não ser uma oposição democrática no Estado da Bahia e lutar contra esse modelo político que se encontra instalado no SINDJUSE/BA desde antes da unificação (SINTRAB, SINDJUSE e atualmente SINDJUSE/BA).

Recentemente, os meus artigos de Direito Previdenciário foram retirados do site do sindicato sem qualquer fundamentação ou decisão da diretoria geral do sindicato, que para as suas decisões devem ser sempre colegiadas. Senti-me violado no meu direito de expressão e divulgação de artigos que não tem nenhum caráter político. Caracterizado está a centralização de poder.

Quero esclarecer a categoria que dentro dessa diretoria atual ainda existem coordenadores comprometidos com a causa dos servidores e buscam mudanças políticas que são do anseio da categoria e da oposição democrática e que os filiados devem se comprometer com essas mudanças para a prevalência dos princípios constitucionais da autonomia sindical, transparência, representatividade sindical e democracia.

A existência de um grupo de oposição a atual diretoria do sindicato é salutar e primordial, pois consolida a democracia, fiscaliza as atitudes tomadas estabelecendo transparência e permite o debate, amadurecendo a base sindical dos filiados que são peças

chaves para o estabelecimento de qualquer mudança. Foi justamente a falta de uma oposição a atual diretoria que permitiu o continuísmo político que se encontra atualmente, perdurando por mais de 15 anos com falhas no processo de condução e de sua administração. Espero que a base dos filiados e não filiados apóiem esse grupo de oposição que discutirá com todos, democracia, transparência na condução do processo, publicidade dos atos e conscientização política sindical que são de interesse da categoria.

Texto de Francisco Antônio da Silva Filho, Coordenador Jurídico do SINDJUFE/BA e Especialista em Direito Previdenciário.